



CURRÍCULO DE REFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ARTICULAÇÃO ENTRE MOBILIDADE ESCOLAR E EQUIDADE NO APRENDIZADO

REFERENCE CURRICULUM IN BASIC EDUCATION: ANALYZING THE INTERPLAY
BETWEEN SCHOOL MOBILITY AND EQUITY IN LEARNING

CURRÍCULO DE REFERENCIA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: ANÁLISIS DE LA RELACIÓN
ENTRE MOVILIDAD ESCOLAR Y EQUIDAD EN EL APRENDIZAJE

Rafaela Cristina Ribeiro da Luz¹

 <https://doi.org/10.57108/iesj.2025.5-2.1>

RESUMO

A mobilidade dos estudantes entre escolas da rede pública, motivada por fatores socioeconômicos, familiares e geográficos, representa desafio à continuidade do ensino e da aprendizagem. A ausência de uniformidade curricular entre as instituições pode gerar lacunas no desenvolvimento de competências essenciais, comprometendo o desempenho escolar, especialmente de alunos em situação de maior vulnerabilidade. Nesse contexto, a implementação de um currículo de referência surge como estratégia central para assegurar padrões mínimos de qualidade, promover coesão pedagógica e garantir os direitos de aprendizagem, contribuindo para redução das desigualdades educacionais. Este artigo analisa fundamentos teóricos e legais do currículo comum, fundamentando-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). São discutidas experiências de implementação em redes municipais, como Pires Ferreira e Sobral, no Ceará, e São Paulo e Jundiaí, em São Paulo, destacando desafios relacionados à formação continuada de docentes, à articulação entre uma estrutura curricular comum e parte diversificada e à avaliação sistemática das aprendizagens. A análise evidencia que a efetiva implementação de um currículo de referência exige articulação entre políticas públicas, gestão escolar e práticas pedagógicas contextualizadas. Os resultados indicam que consolidar um currículo de referência não implica homogeneização das práticas pedagógicas, mas estabelecimento de compromisso público com a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando especificidades locais e fortalecendo a identidade pedagógica das redes. Conclui-se que, quando implementado estrategicamente e acompanhado de monitoramento e avaliação

¹ Educadora na Prefeitura Municipal de Taubaté; Mestra em Educação pela Universidade de Taubaté/SP; Doutoranda em Ciências da Educação pela Ivy Enber Christian University; rafaelacruluz@gmail.com

continua, o currículo comum constitui instrumento essencial para promover equidade, qualidade educacional e continuidade pedagógica, garantindo aprendizagens significativas, contextualizadas e socialmente relevantes.

Palavras-chave: currículo de referência; mobilidade escolar; equidade educacional; direitos de aprendizagem; rede pública.

ABSTRACT

The mobility of students between public schools, driven by socioeconomic, familial, and geographic factors, represents a challenge to the continuity of teaching and learning. The lack of curricular uniformity among institutions can create gaps in the development of essential competencies, affecting school performance, particularly for students in vulnerable situations. In this context, the implementation of a reference curriculum emerges as a central strategy to ensure minimum quality standards, promote pedagogical cohesion, and guarantee learning rights, contributing to the reduction of educational inequalities. This article examines the theoretical and legal foundations of a common curriculum, considering the National Common Curricular Base (BNCC), the National Curricular Guidelines (DCNs), and principles of democratizing knowledge. It discusses implementation experiences in municipal networks such as Pires Ferreira and Sobral in Ceará, and São Paulo and Jundiaí in São Paulo, highlighting challenges related to continuous teacher training, articulation between the core and diversified parts of the curriculum, and systematic assessment of learning. The analysis shows that effective implementation of a reference curriculum requires coordination between public policies, school management, and contextualized pedagogical practices. Results indicate that consolidating a reference curriculum does not imply homogenization of pedagogical practices, but the establishment of a public commitment to all students' learning, respecting local specificities and strengthening the pedagogical identity of networks. When strategically implemented and supported by continuous monitoring and evaluation, the common curriculum serves as an essential instrument to promote equity, educational quality, and continuity, ensuring meaningful, contextualized, and socially relevant learning for all students.

Keywords: reference curriculum; student mobility; educational equity; learning rights; public schools.

RESUMEN

La movilidad de los estudiantes entre escuelas públicas, motivada por factores socioeconómicos, familiares y geográficos, representa un desafío para la continuidad de la enseñanza y el aprendizaje. La falta de uniformidad curricular entre instituciones puede generar brechas en competencias esenciales, afectando el rendimiento escolar, especialmente de los estudiantes más vulnerables. En este contexto, la implementación de un currículo de referencia surge como estrategia central para garantizar estándares mínimos de calidad, promover cohesión pedagógica y asegurar los derechos de aprendizaje, contribuyendo a la reducción de desigualdades educativas. Este artículo analiza los fundamentos teóricos y legales del currículo común, considerando la Base Nacional Común Curricular (BNCC), las Directrices Curriculares Nacionales (DCNs) y principios de democratización del conocimiento. Se

discuten experiencias en redes municipales, como Pires Ferreira y Sobral en Ceará, y São Paulo y Jundiaí en São Paulo, destacando desafíos relacionados con la formación continua docente, la articulación entre núcleo común y componentes diversificados, y la evaluación sistemática del aprendizaje. La implementación efectiva requiere coordinación entre políticas públicas, gestión escolar y prácticas pedagógicas contextualizadas. Los resultados muestran que consolidar un currículo de referencia no implica homogeneizar prácticas pedagógicas, sino establecer un compromiso público con el aprendizaje de todos los estudiantes, respetando especificidades locales y fortaleciendo la identidad pedagógica de las redes. Se concluye que, al implementarse estratégicamente y acompañarse de monitoreo y evaluación continua, el currículo común es un instrumento clave para promover equidad, calidad educativa y continuidad pedagógica, asegurando aprendizajes significativos, contextualizados y socialmente relevantes para todos los estudiantes.

Palabras-clave: currículo de referencia; movilidad escolar; equidad educativa; derechos de aprendizaje; escuelas públicas.

1 INTRODUÇÃO: DESAFIOS DA MOBILIDADE ESCOLAR E A RELEVÂNCIA DO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA

No contexto brasileiro, a Educação Básica apresenta desafios estruturais que não se restringem apenas à ampliação do acesso ou permanência do estudante na escola, mas envolvem a garantia concreta dos direitos de aprendizagem e a redução das desigualdades às oportunidades educacionais. Entre os fatores que influenciam diretamente a qualidade do processo educativo, a mobilidade escolar dos discentes emerge como um fenômeno relevante e complexo, capaz de comprometer a continuidade pedagógica e o desenvolvimento de competências essenciais. Essa mobilidade pode decorrer de diversos fatores, entre eles a mudança de residência familiar, a busca por melhores oportunidades educacionais, situações de vulnerabilidade social, problemas de infraestrutura escolar e até mesmo a transferência entre redes municipais, estaduais e privadas. Como consequência, a trajetória formativa do estudante pode ser interrompida ou fragmentada, gerando lacunas no aprendizado e dificultando o acompanhamento sistemático por parte das escolas.

Estudos recentes (Paula, 2012; Benevides, 2016) apontam que a mobilidade escolar, quando não acompanhada por estratégias pedagógicas e curriculares adequadas, está

associada a quedas significativas no desempenho acadêmico, aumento da evasão escolar e ampliação das desigualdades educacionais.

Nesse contexto, a implementação de um currículo de referência surge como uma ferramenta estratégica capaz de organizar o conhecimento de forma coesa, estabelecendo padrões mínimos de aprendizagem e garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua trajetória, tenham acesso aos conteúdos essenciais.

A construção de um currículo de referência fundamenta-se em políticas públicas nacionais que reforcem o acesso à educação como um direito social, previsto na Constituição Federal de 1988 e reiterado por legislações subsequentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Nesse sentido, o currículo de referência atua como um instrumento que articula teoria e prática, oferecendo suporte à gestão escolar, orientando professores e promovendo a coesão pedagógica entre diferentes unidades escolares, sem perder de vista a necessidade de adaptação às realidades locais e às demandas socioeconômicas específicas de cada região ou rede de ensino.

No âmbito normativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) desempenha papel central, ao definir direitos de aprendizagem e objetivos de desenvolvimento para todas as etapas da educação básica. Este documento não apenas estabelece um referencial nacional, mas também oferece subsídios para que os sistemas de ensino construam seus próprios currículos que reflitam a diversidade cultural, social e territorial do Brasil.

Além do marco legal, é fundamental considerar os fundamentos teóricos que orientam a construção de currículos de referência. Autores como Sacristán (2000), Saviani (2018a) e Libâneo (2012) destacam que o currículo não deve ser concebido apenas como um documento prescritivo, mas como um eixo articulador das práticas pedagógicas, capaz de promover aprendizagem significativa, fortalecer a identidade das escolas e reduzir desigualdades educacionais. Sacristán (2000) enfatiza a necessidade de articulação entre conteúdo, processo

de ensino e contextos sociais, defendendo que o currículo deve responder às demandas reais dos estudantes. Saviani (2018b) reforça a dimensão histórico-crítica da educação, indicando que o currículo deve ser construído considerando as relações sociais e políticas que influenciam o aprendizado, enquanto Libâneo (2012) contribui ao oferecer diretrizes para a gestão pedagógica e o planejamento docente, destacando a importância da formação contínua dos professores na efetivação das propostas curriculares.

No cenário brasileiro, experiências municipais (como nos estados de São Paulo e Ceará) revelam que a implementação de currículos comuns é viável e apresenta impactos positivos quando articulada a políticas de formação docente, acompanhamento sistemático e avaliação diagnóstica. Sobral e Pires Ferreira (ambas no Estado do Ceará), por exemplo, são frequentemente citadas como referência nacional em políticas educacionais, demonstrando que a integração entre currículo, gestão escolar e avaliação contínua pode resultar em significativos avanços na aprendizagem, inclusive em contextos de alta mobilidade estudantil. Já as cidades de São Paulo e Jundiaí, no Estado de São Paulo, em contextos metropolitanos e urbanos complexos, evidenciam que a padronização do núcleo comum deve estar acompanhada de estratégias que respeitem a diversidade cultural, social e territorial, garantindo a coesão pedagógica sem restringir a autonomia escolar e o protagonismo docente.

O presente estudo se propõe, portanto, a analisar o currículo de referência na rede pública, considerando os desafios impostos pela mobilidade escolar e a necessidade de garantir direitos de aprendizagem, equidade e continuidade pedagógica. A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental, integrando análise teórica e revisão de legislações nacionais em diferentes municípios, destacando tanto as estratégias de implementação quanto os resultados observados. O artigo busca demonstrar que a adoção de um currículo de referência é uma política estratégica capaz de alinhar padrões nacionais de aprendizagem com as diversidades locais, promovendo coesão pedagógica e fortalecendo a qualidade da educação básica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: CURRÍCULO, MOBILIDADE ESCOLAR E GARANTIA DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM

A construção de um currículo de referência para a educação básica no Brasil não pode ser dissociada do entendimento teórico acerca das finalidades do currículo, da função social da escola e dos desafios impostos pela mobilidade escolar.

Destarte, ao tratar das finalidades do currículo, Zabala (1998) destaca que sua organização deve contemplar não apenas conteúdos conceituais, mas também procedimentais e atitudinais, visando ao desenvolvimento integral dos estudantes. Essa compreensão amplia o papel da escola para além da mera transmissão de saberes, atribuindo-lhe uma função social essencial: formar sujeitos críticos, autônomos, solidários e capazes de intervir de maneira transformadora na realidade. Sob essa perspectiva, os desafios impostos pela mobilidade escolar — como descontinuidades curriculares, diferenças nos projetos pedagógicos e adaptação socioemocional — exigem que as instituições educativas assumam práticas pedagógicas flexíveis e inclusivas, capazes de acolher trajetórias diversas e de assegurar a continuidade dos processos formativos dos estudantes, reafirmando assim sua função social na promoção da equidade e do direito à aprendizagem.

O currículo transcende a mera organização de conteúdos e competências; ele constitui um instrumento político e pedagógico que articula práticas educativas, valores sociais e objetivos de aprendizagem, refletindo, ao mesmo tempo, as demandas locais e os padrões nacionais de educação. Conforme aponta Sacristán (2000), o currículo deve ser compreendido como um plano de ação intencional que organiza os elementos de ensino, orienta o trabalho docente e proporciona aos estudantes oportunidades para desenvolver habilidades, competências e atitudes necessárias à sua formação integral.

Segundo Saviani (2018a), o currículo não é apenas um instrumento técnico, mas um espaço de mediação entre a escola e a sociedade, capaz de promover transformações sociais por meio da educação. A perspectiva histórico-crítica defendida por Saviani (2018b) enfatiza

a necessidade de considerar as relações sociais e políticas que influenciam o processo educativo, reconhecendo que a escola é um espaço onde se confrontam interesses sociais diversos e onde a aprendizagem deve ser estruturada de forma a reduzir desigualdades e promover justiça social. Nesse sentido, o currículo de referência deve incorporar mecanismos que permitam a continuidade pedagógica, especialmente em contextos de alta mobilidade escolar, garantindo que os estudantes não sofram prejuízos significativos em suas trajetórias formativas.

A mobilidade escolar, definida como a mudança de matrícula do estudante entre diferentes unidades escolares, seja dentro de uma mesma rede ou entre redes distintas, apresenta efeitos diretos e indiretos sobre a aprendizagem. Estudos nacionais apontam que a mobilidade está associada à fragmentação do aprendizado, à repetência, à evasão e ao baixo desempenho acadêmico, especialmente entre estudantes provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis (Paula, 2012; Benevides, 2016).

De acordo com Horta Neto (2019a), a mobilidade escolar decorre frequentemente de fatores estruturais e socioeconômicos, como deslocamento de famílias, alterações no emprego dos responsáveis, ausência de transporte escolar adequado e desigualdade de acesso a oportunidades educacionais. Essas condições podem comprometer a continuidade da aprendizagem e os vínculos afetivos e sociais dos estudantes, evidenciando a necessidade de políticas e práticas pedagógicas capazes de garantir a progressão educacional e a equidade, independentemente da escola em que estejam matriculados.

Nesse contexto, a adoção de um currículo de referência surge como estratégia central para enfrentar os desafios impostos pela mobilidade escolar. Essa abordagem não apenas preserva a equidade educacional, mas também promove coesão pedagógica, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades similares de adquirir conhecimentos fundamentais, mesmo que mudem de escola durante o ano letivo. A BNCC (2017) desempenha papel decisivo nesse processo, oferecendo referenciais claros de aprendizagens essenciais,

organizadas por etapas e áreas de conhecimento, que orientam os sistemas de ensino na construção de currículos locais coerentes e integrados.

Libâneo (2012) destaca a centralidade da gestão pedagógica e da formação docente na implementação de estruturas curriculares comuns, ressaltando que a formação continuada deve ultrapassar dimensões meramente técnicas ou metodológicas, assumindo caráter reflexivo e crítico. Quando os professores se engajam na reflexão sobre sua prática, tornam-se capazes de desenvolver estratégias de ensino que atendam a diferentes perfis de aprendizagem, garantindo a continuidade do processo educativo mesmo em contextos de mobilidade escolar.

A literatura também enfatiza a necessidade de integração entre currículo, gestão e avaliação. Goodson (1995) destaca que a análise do currículo deve considerar o contexto e as experiências dos alunos, evidenciando que compreender suas necessidades é fundamental para a efetividade do processo educativo. Teixeira (1996) reforça essa perspectiva, argumentando que deve haver um processo de avaliação contínuo e integrado ao processo de ensino, servindo como instrumento para diagnosticar dificuldades de aprendizagem e subsidiar estratégias pedagógicas adequadas.

Estudos e documentos nacionais indicam que currículos comuns alcançam plenamente seus objetivos quando articulados a sistemas de monitoramento e avaliação que acompanhem o progresso dos alunos em diferentes contextos escolares, permitindo ajustes pedagógicos contínuos e promovendo a eficácia do ensino. O acompanhamento sistemático das aprendizagens, por meio de avaliações diagnósticas e formativas, possibilita identificar lacunas, orientar intervenções pedagógicas oportunas e promover equidade educacional (Ministério da Educação, 2022a; Ministério da Educação, 2022b; Instituto Ayrton Senna, 2024; Nova Escola, 2021).

No Brasil, experiências de implementação de currículos de referência comuns em municípios como Sobral (CE), Pires Ferreira (CE), São Paulo (SP) e Jundiaí (SP) evidenciam

como diferentes redes de ensino enfrentam os desafios da mobilidade escolar. Sobral/CE é frequentemente citada como referência devido à articulação entre currículo, formação docente e avaliação sistemática, resultando em impactos positivos significativos no desempenho dos estudantes e na redução das desigualdades educacionais. No que se refere a Pires Ferreira/CE, o destaque vai para o resultado obtido no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2023, no qual a cidade chegou a atingir a nota 10,0 para os anos iniciais. Já as cidades de São Paulo e Jundiaí, ambas no Estado de São Paulo, apresentam desafios mais complexos devido ao tamanho das redes e à diversidade sociocultural, demonstrando que a implementação de currículos comuns requer planejamento cuidadoso, formação contínua e articulação entre políticas públicas e práticas escolares para assegurar coesão pedagógica e equidade.

Arroyo (2013; 2014) ressalta que o currículo deve articular conhecimentos, identidade e territorialidade, de modo a permitir que os estudantes compreendam sua realidade social e cultural, construam relações significativas com a aprendizagem e estabeleçam conexões entre o conteúdo escolar e o contexto em que vivem. Essa concepção dialoga com a perspectiva de Libâneo (2012), para quem a gestão pedagógica e a formação docente são fundamentais para a implementação efetiva do currículo. Assim, a articulação entre currículo, formação docente e sistemas de acompanhamento garante a equidade educacional, favorece aprendizagens significativas e fortalece a função social da escola, considerando as diferentes realidades e contextos escolares.

Além disso, é fundamental destacar o papel da comunidade escolar e das famílias no processo de implementação do currículo de referência. A participação ativa de pais, responsáveis e atores comunitários contribui para legitimar o currículo, adaptá-lo às demandas locais e promover engajamento efetivo dos estudantes, demonstrando que a efetividade de um currículo de referência não depende apenas de documentos e diretrizes, mas da construção coletiva de práticas pedagógicas contextualizadas.

Do ponto de vista metodológico, a análise de experiências nacionais bem-sucedidas revela que a integração entre um currículo de referência comum e a diversificação territorial, aliada à formação docente, monitoramento contínuo e avaliação diagnóstica, constitui estratégia robusta para enfrentar os desafios da mobilidade escolar. Esta análise ainda demonstra que é possível manter coesão pedagógica sem homogeneizar as práticas, permitindo inovação, valorização da identidade local e promoção da equidade educacional. Tais experiências indicam que a implementação de currículos comuns é um processo dinâmico, que requer ajustes contínuos, reflexão docente e políticas públicas articuladas para maximizar os resultados e reduzir desigualdades.

Finalmente, com a análise deste referencial teórico evidencia-se que o currículo de referência cumpre múltiplas funções: garantir continuidade pedagógica, proteger direitos de aprendizagem, promover equidade, orientar práticas escolares e fortalecer a identidade das redes de ensino. Ele articula bases legais, teorias educacionais e experiências práticas, oferecendo suporte ao professor, à gestão escolar e à comunidade para enfrentar os desafios impostos pela mobilidade estudantil e pelas desigualdades estruturais presentes no sistema educacional brasileiro.

3 METODOLOGIA: PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com o objetivo de analisar o impacto da implementação de um currículo de referência na continuidade pedagógica e na equidade educacional, especialmente em contextos de mobilidade escolar.

O estudo se fundamenta em análise teórica e revisão documental de diferentes fontes, permitindo compreender as bases conceituais do currículo, identificar experiências exitosas em redes municipais e avaliar políticas públicas direcionadas à educação básica. A metodologia qualitativa possibilita interpretar fenômenos complexos relacionados à

aprendizagem, mobilidade estudantil e práticas pedagógicas, valorizando a contextualização e as especificidades locais.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, por recorrer a obras acadêmicas, artigos e documentos legais que tratam de currículo, mobilidade escolar e equidade educacional; e documental, por analisar currículos municipais, documentos oficiais, relatórios de avaliação e indicadores de desempenho (BNCC, 2017; DCNs, 2013; IDEB, 2023; Secretarias Municipais de Educação). Além disso, é exploratória, na medida em que busca compreender a aplicabilidade do currículo de referência em diferentes contextos municipais, identificando estratégias, desafios e resultados esperados.

3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS FONTES E MUNICÍPIOS

As fontes bibliográficas foram selecionadas com base na relevância científica, atualidade e pertinência temática, priorizando autores consagrados na área de educação, como Zabala (1998), Sacristán (2000), Saviani (2018a; 2018b) e Libâneo (2012).

Os municípios analisados foram escolhidos por apresentarem experiências reconhecidas de implementação de currículos comuns, alinhados à BNCC, e resultados positivos em indicadores de desempenho escolar, como o IDEB. Entre eles destacam-se Sobral/CE, referência nacional em articulação entre currículo, formação docente e avaliação sistemática; Pires Ferreira/CE, único município cearense a atingir nota 10 no IDEB 2023 para os anos iniciais; e Jundiaí/SP e São Paulo/SP, redes com grande diversidade socioeconômica e territorial, permitindo análise de estratégias de coesão curricular em contextos complexos.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise das informações seguiu um procedimento comparativo e interpretativo, considerando revisão teórica, análise documental, categorização de informações e integração

teórica e prática. A revisão teórica consistiu na síntese de conceitos relacionados a currículo, função social da escola, mobilidade escolar e equidade educacional. A análise documental envolveu o exame de currículos municipais, documentos oficiais, relatórios de avaliação e indicadores de desempenho. A categorização das informações permitiu identificar padrões, estratégias e resultados relevantes em cada município analisado. Por fim, a integração entre fundamentos conceituais, experiências nacionais e práticas pedagógicas possibilitou inferir os impactos do currículo de referência na continuidade pedagógica e na promoção da equidade educacional.

3.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo depende de dados secundários e não incluiu coleta de informações primárias diretamente com escolas, professores ou estudantes. A generalização dos resultados é limitada, considerando que as experiências analisadas refletem contextos específicos e podem não ser integralmente replicáveis em outras redes municipais. Além disso, a atualização constante dos dados, especialmente em indicadores de desempenho e políticas educacionais, pode afetar a validade temporal das análises.

Apesar dessas limitações, a metodologia escolhida permite analisar criticamente a implementação de currículos de referência, identificar estratégias eficazes e fornecer subsídios teóricos e práticos para futuras políticas públicas e pesquisas na área da educação básica.

4 DISCUSSÃO: ENTENDENDO A MOBILIDADE ESCOLAR E A CONTINUIDADE PEDAGÓGICA

A mobilidade escolar constitui um fenômeno complexo e recorrente nas redes públicas de ensino brasileiro, sendo determinada por fatores diversos, que incluem mudanças de residência, situação socioeconômica das famílias, realocação de postos de trabalho, questões de saúde, dificuldades de transporte e a busca por oportunidades educacionais percebidas

como mais favoráveis. Este fenômeno, embora natural em sociedades urbanas dinâmicas, impacta diretamente a continuidade pedagógica e o desenvolvimento de competências essenciais, colocando desafios significativos para a gestão escolar, a prática docente e, sobretudo, para a aprendizagem dos estudantes.

A literatura sobre educação básica evidencia que a mobilidade escolar não é uniforme, ocorrendo de forma diferenciada conforme regiões, classes sociais e contextos familiares. Horta Neto (2019b) destaca que estudantes oriundos de famílias de menor renda apresentam maior probabilidade de migrar entre escolas públicas, o que pode resultar em descontinuidade no processo educativo e em lacunas no aprendizado. Essa mobilidade escolar, muitas vezes motivada por fatores socioeconômicos e pela busca por melhores condições de ensino, compromete a implementação consistente do currículo e dificulta a articulação das estratégias pedagógicas. Nesse contexto, torna-se fundamental que políticas educacionais e práticas pedagógicas considerem a mobilidade dos estudantes, de modo a assegurar a continuidade da aprendizagem e a promoção da equidade educacional. Além disso, fatores geográficos, como o deslocamento diário em cidades extensas ou a ausência de transporte escolar adequado, intensificam a rotatividade estudantil, tornando a mobilidade um desafio estrutural que requer atenção sistêmica.

A continuidade pedagógica, neste contexto, refere-se à capacidade da escola e do sistema educacional de garantir que cada estudante, independentemente de sua trajetória ou movimentação entre Unidades Escolares, tenha acesso ininterrupto a conteúdos, competências e experiências de aprendizagem que permitam a progressão adequada no ciclo educativo. Quando a mobilidade não é acompanhada por estratégias pedagógicas e administrativas adequadas, ocorre a fragmentação do conhecimento, prejuízo na aquisição de habilidades essenciais e aumento do risco de evasão escolar.

E, como já discutido no Referencial Teórico desta pesquisa, a adoção de um currículo de referência atua como ferramenta estratégica para enfrentar os impactos da mobilidade

escolar. Diferente de um currículo meramente prescritivo, o currículo de referência estabelece um “padrão” comum de habilidades, competências e conteúdos que devem ser abordados em todas as escolas de uma rede, garantindo padrões mínimos de aprendizagem. Essa estrutura proporciona segurança pedagógica tanto para professores quanto para estudantes, pois minimiza lacunas decorrentes de transferências entre escolas. Em outras palavras, a continuidade pedagógica é garantida mediante articulação entre um currículo comum, porém diversificado, que respeita as especificidades locais e permite a personalização de práticas educativas, sem comprometer a coesão do processo de ensino-aprendizagem.

Além de um currículo estruturado, a formação continuada de docentes emerge como componente fundamental para assegurar continuidade pedagógica em cenários de alta mobilidade. Sacristán (2000) enfatiza que a prática docente deve ser dinâmica e contextualizada, considerando não apenas o conteúdo prescrito, mas também as experiências prévias e necessidades específicas de cada estudante. A formação contínua permite que os professores compreendam o currículo de referência de forma crítica e flexível, promovendo aprendizagem significativa e inclusão educacional.

A gestão escolar também desempenha papel central na continuidade pedagógica. A manutenção de registros detalhados, incluindo histórico de aprendizagem, avaliações diagnósticas e acompanhamento individualizado, é imprescindível para que essa mobilidade escolar não comprometa o desenvolvimento escolar. Ferramentas digitais e sistemas de informação integrados podem facilitar o acesso às trajetórias educacionais dos estudantes, permitindo intervenções pedagógicas oportunas e prevenindo lacunas de aprendizagem.

Essa abordagem assegura que a mobilidade escolar não implique perdas irreversíveis, permitindo que a trajetória educacional dos estudantes seja retomada rapidamente e garantindo a continuidade de seu processo de aprendizagem/desempenho acadêmico.

A literatura destaca a importância da avaliação contínua e diagnóstica como instrumento de monitoramento da aprendizagem, especialmente em contextos de mobilidade

escolar. Teixeira (1996) enfatiza que avaliações regulares permitem identificar lacunas no aprendizado e orientar intervenções pedagógicas oportunas. Nesse sentido, Horta Neto (2019a) ressalta que o acompanhamento contínuo é fundamental para assegurar a continuidade da trajetória escolar dos estudantes, prevenindo perdas de aprendizagem. Além disso, Libâneo (2012) aponta que a avaliação diagnóstica contribui para o planejamento pedagógico coletivo, orientando decisões sobre intervenções específicas, adaptação de materiais e estratégias didáticas diferenciadas, atendendo aos diferentes perfis de aprendizagem.

A mobilidade escolar também exige atenção à dimensão socioemocional, pois a transferência de escola envolve desafios de adaptação, integração social e construção de vínculos afetivos com professores e colegas. Integrar competências socioemocionais à prática pedagógica, como sugere Libâneo (2012), contribui para que estudantes se sintam acolhidos e motivados, favorecendo o engajamento e a permanência na escola. Programas de acolhimento e atividades de integração social, alinhados ao currículo de referência, fortalecem a continuidade pedagógica, permitindo que a aprendizagem não seja interrompida pelos impactos da mobilidade.

Em síntese, a mobilidade escolar constitui desafio relevante para a educação básica, com impacto direto na continuidade pedagógica. O currículo de referência surge como instrumento estratégico para enfrentar esse desafio, oferecendo um documento norteador comum aos estados ou municípios e lhes assegura competências/conteúdos essenciais, aliado à flexibilidade local, formação docente contínua, acompanhamento sistemático e integração de competências socioemocionais. Experiências brasileiras indicam que, quando essas condições são atendidas, é possível reduzir desigualdades educacionais, promover aprendizagem contínua e garantir que todos os estudantes tenham acesso equitativo ao direito à educação.

Por fim, a mobilidade escolar não deve ser encarada apenas como problema logístico ou administrativo, mas como fenômeno que exige respostas pedagógicas integradas, articulando currículo, formação docente, gestão escolar e políticas de avaliação.

5 AS EXPERIÊNCIAS EM REDES MUNICIPAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS CURRÍCULOS DE REFERÊNCIA

A implementação de currículos comuns nas redes públicas de ensino tem se consolidado como estratégia eficiente para enfrentar os desafios da mobilidade escolar e garantir a equidade educacional.

No município de Sobral/CE, o currículo municipal estruturou um núcleo de competências essenciais alinhado à BNCC (2017) e às DCN (2013), garantindo que todos os estudantes adquirissem habilidades fundamentais, independentemente da escola em que estivessem matriculados (Sobral, 2025a; Sobral, 2025b). A flexibilidade do currículo permitiu às Unidades Escolares adaptarem suas práticas pedagógicas ao contexto local, promovendo aprendizagens contextualizadas e respeitando a diversidade cultural e social da comunidade (Sobral, 2025c).

A formação continuada dos professores foi planejada estrategicamente, por meio de ciclos regulares que contemplaram conteúdos do núcleo comum e metodologias pedagógicas inovadoras, preparando os docentes para atuar de forma inclusiva e lidar com diferentes trajetórias de aprendizagem. Essa prática fortalece a capacidade de recuperação de estudantes transferidos ou com lacunas de aprendizagem (Sobral, 2025d).

Além disso, o município implementou mecanismos de monitoramento e avaliação contínua, utilizando indicadores de desempenho para ajustar práticas pedagógicas e intervenções educacionais, consolidando a efetividade do currículo comum e promovendo a equidade educacional (Sobral, 2025e).

Em Pires Ferreira (CE), o currículo municipal foi estruturado como instrumento para reduzir desigualdades educacionais entre diferentes regiões do município, definindo competências essenciais a serem desenvolvidas por todos os estudantes e complementadas por práticas pedagógicas diversificadas, respeitando o contexto local de cada escola. Programas de avaliação diagnóstica permitiram identificar lacunas de aprendizagem, possibilitando ações de nivelamento e recuperação, mesmo diante de trajetórias diferenciadas dos estudantes. A gestão municipal promoveu, ainda, espaços de diálogo entre as Unidades Escolares, fortalecendo a troca de experiências e a padronização de práticas pedagógicas que garantem coesão curricular em toda a rede.

A análise dessas experiências evidencia elementos-chave para o sucesso da implementação do currículo comum. Primeiramente, a definição de um núcleo curricular claro e bem estruturado, em consonância com a BNCC (2017) e as DCN (2013), assegura que todas as escolas desenvolvam competências essenciais, garantindo continuidade pedagógica. Em segundo lugar, a formação docente contínua é fundamental para que os professores compreendam o currículo de referência e atuem de forma contextualizada e inclusiva. Essa formação contempla estratégias de nivelamento, recuperação de lacunas e metodologias inovadoras que promovem aprendizagem significativa.

Além disso, a avaliação contínua e diagnóstica permite monitorar o progresso de cada estudante e identificar rapidamente defasagens ou outras dificuldades de aprendizagem. Sistemas de informação integrados, registro do histórico escolar e relatórios periódicos possibilitam intervenções pedagógicas direcionadas, prevenindo que transferências entre escolas comprometam a trajetória educativa. A integração de dimensões socioemocionais também é central, garantindo que a mobilidade não resulte em isolamento ou desmotivação, por meio de programas de acolhimento, mentorias e acompanhamento psicológico. A combinação entre núcleo curricular comum e flexibilização local permite que os estudantes encontrem familiaridade nos conteúdos essenciais e se integrem rapidamente às novas turmas, assegurando aprendizagem contínua e significativa.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Pires Ferreira foi o único município cearense a alcançar a nota máxima de 10 no IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental em 2023, destacando-se entre os 21 municípios brasileiros que obtiveram essa pontuação (IPECE, 2023). Além disso, o município é reconhecido por suas práticas educacionais inovadoras e eficazes. A Escola Alzira Maria de Araújo, localizada em Pires Ferreira, foi destaque nacional por ser a única escola pública do Brasil a alcançar nota 10 no IDEB nos anos iniciais (Ceará Agora, 2023; Leia Sempre Brasil, 2023).

Esses resultados refletem o compromisso da gestão municipal com a qualidade da educação, incluindo a implementação de currículos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2013), conforme o Documento Curricular Referencial do Ceará (Secretaria da Educação Do Ceará, 2019).

No município de Jundiaí/SP, o currículo comum foi estruturado como estratégia para mitigar as desigualdades educacionais entre as distintas regiões do município, estabelecendo competências essenciais a serem desenvolvidas por todos os estudantes, mas também considerando as peculiaridades locais de cada contexto escolar (Jundiaí, 2016; Jundiaí, 2025a).

No que se refere ao processo avaliativo, em Jundiaí, essas avaliações são aplicadas no início do ano letivo, permitindo diagnosticar o nível de conhecimento dos estudantes e orientar ações de nivelamento e recuperação, assegurando que todos acompanhem o currículo comum (Jundiaí, 2025a; Jundiaí, 2025b).

No município de São Paulo, o Currículo da Cidade (São Paulo, 2019) apresenta uma proposta curricular, alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), visando assegurar que todos os alunos tenham acesso aos saberes fundamentais, promovendo aprendizagem contextualizada e valorizando a diversidade cultural e social da cidade. A articulação entre um núcleo comum e a flexibilização local permite que cada escola adapte

suas práticas pedagógicas à realidade da comunidade, garantindo experiências de aprendizagem significativas e coerentes em toda a rede.

Ainda no que se refere à capital paulista, observa-se a aplicação da Prova Diagnóstica São Paulo que acontece de forma censitária aos estudantes do 4º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, possibilitando a coleta de informações precisas sobre os níveis de conhecimento e orientando ações pedagógicas de recuperação e nivelamento (São Paulo, 2021). O uso de sistemas de informação integrados e relatórios periódicos permite que a gestão municipal e as escolas ajustem práticas e intervenções de forma tempestiva, promovendo a equidade e a continuidade do processo educativo. Orientações didáticas e o acompanhamento de Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) asseguram que o currículo seja implementado de forma contextualizada e inclusiva, considerando a identidade de cada escola e fomentando a aprendizagem integral dos estudantes (São Paulo, 2017). Essa articulação entre currículo, avaliação e gestão escolar constitui uma estratégia eficiente para garantir que a mobilidade entre escolas não comprometa a trajetória de aprendizagem dos estudantes, promovendo inclusão, engajamento e permanência escolar.

Em síntese, a consolidação de currículos comuns em redes municipais é um processo que demanda articulação entre diferentes componentes do sistema educacional: currículo estruturado, formação docente, gestão escolar, avaliação contínua e atenção à dimensão socioemocional dos estudantes. As experiências analisadas demonstram que, quando essas condições são atendidas, a mobilidade escolar deixa de ser um fator de prejuízo, podendo inclusive servir como oportunidade para aperfeiçoar práticas pedagógicas, fortalecer a coesão curricular e promover aprendizagem significativa e equitativa.

Portanto, a implementação de currículos comuns nas redes públicas constitui uma estratégia central para garantir equidade educacional, continuidade pedagógica e aprendizagem de qualidade, sendo essencial que as políticas públicas considerem as

experiências exitosas nacionais como referência para formulação e aprimoramento de práticas em outros contextos.

6 RESULTADOS ESPERADOS: IMPACTOS DO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA NA EQUIDADE E CONTINUIDADE PEDAGÓGICA

A implementação de um currículo de referência nas redes públicas de ensino, conforme analisado nas seções anteriores, apresenta potencial significativo para promover equidade, continuidade pedagógica e fortalecimento da aprendizagem dos estudantes. Espera-se que, com a consolidação de uma estrutura curricular comum, os estudantes que passam por processos de mobilidade escolar mantenham o desenvolvimento de competências essenciais, reduzindo defasagem de aprendizagem e promovendo trajetórias educacionais mais coerentes e contínuas.

Um dos resultados centrais esperados é a coerência na trajetória educativa dos estudantes, especialmente aqueles que se deslocam entre escolas diferentes. Com a padronização do núcleo de competências essenciais e a flexibilização para práticas pedagógicas contextualizadas, estes terão acesso a conteúdos e habilidades que garantam continuidade de aprendizagem, independentemente da Unidade Escolar em que estejam matriculados. Essa uniformidade curricular, quando articulada com estratégias de diversificação local, permite que as escolas preservem sua identidade pedagógica enquanto promovem equidade educacional.

Outro resultado relevante refere-se à formação docente contínua e estruturada, que é fundamental para a implementação eficaz do currículo de referência. Espera-se que os professores compreendam profundamente a estrutura comum deste documento, saibam adaptar estratégias pedagógicas às necessidades de diferentes turmas e promovam intervenções direcionadas quando defasagem de aprendizagem sejam identificadas. A formação docente deve contemplar metodologias ativas, uso de tecnologias educacionais,

avaliação diagnóstica e práticas inclusivas, fortalecendo a capacidade de resposta das escolas frente à mobilidade estudantil e às desigualdades regionais.

A avaliação diagnóstica contínua e o monitoramento sistemático são outros resultados esperados que devem contribuir para a aprendizagem significativa. Através de sistemas de acompanhamento individualizado, será possível identificar falhas no processo educativo do estudante e implementar ações corretivas de forma tempestiva. Além disso, a utilização de tecnologias digitais e registros integrados permitirá que a trajetória escolar de cada estudante seja documentada e acompanhada, evitando perdas pedagógicas decorrentes de mudanças de escola ou de contexto familiar.

Espera-se também a integração de dimensões socioemocionais no cotidiano escolar como resultado tangível do currículo de referência. A mobilidade escolar pode gerar sentimentos de desorientação, ansiedade e isolamento nos estudantes; portanto, estratégias de acolhimento, mentorias, rodas de conversa e programas de orientação socioemocional são essenciais para promover adaptação, pertencimento e engajamento. Essas práticas contribuem para um ambiente escolar mais inclusivo, fortalecendo vínculos entre estudantes e professores e favorecendo a aprendizagem integral.

Outro resultado esperado é a promoção de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas. A flexibilidade do currículo permite que os professores desenvolvam projetos interdisciplinares, atividades extraclasse e estratégias de ensino baseadas em problemas reais do entorno, promovendo aprendizagem significativa e engajamento estudantil. Espera-se que essa abordagem incentive a criatividade docente, a colaboração entre escolas e o protagonismo dos estudantes, fortalecendo o desenvolvimento integral e habilidades socioemocionais.

No âmbito das redes municipais analisadas, os resultados demonstraram também o fortalecimento da equidade educacional. O estabelecimento de currículo de referência comum possibilitou que todos os estudantes, independentemente de seu local de matrícula ou contexto

socioeconômico, tivessem acesso a competências essenciais e oportunidades de aprendizagem equivalentes. Além disso, a concepção de flexibilidade curricular permitiu que cada escola respondesse às necessidades locais específicas, garantindo que a educação fosse simultaneamente justa e contextualizada.

Em síntese, os resultados esperados refletem uma transformação sistêmica: a consolidação de uma estrutura curricular comum nas redes públicas de ensino visa garantir equidade, assegurar continuidade pedagógica, fortalecer a aprendizagem significativa e promover práticas educacionais inovadoras e inclusivas. O impacto dessas ações transcende o campo pedagógico, contribuindo para a formação integral do estudante, a redução de desigualdades educacionais e o fortalecimento da identidade das redes municipais.

Além disso, a implementação de um currículo de referência deve gerar indicadores de qualidade e eficiência pedagógica, permitindo que gestores escolares e redes de ensino monitorem os efeitos das políticas implementadas. Esses indicadores podem contemplar níveis de aprendizagem, taxas de retenção e evasão, adaptação de estudantes transferidos, participação da comunidade escolar e desempenho em avaliações externas. A análise sistemática desses dados oferece subsídios fundamentais para ajustes contínuos nas práticas pedagógicas e no planejamento estratégico das redes.

Dessa forma, espera-se que a adoção estratégica do currículo de referência se traduza em um sistema educativo mais justo e eficiente, capaz de responder aos desafios da mobilidade escolar, assegurando direitos de aprendizagem para todos e promovendo uma educação de qualidade, inclusiva e contextualizada. Essa abordagem integra dimensões pedagógicas, sociais e organizacionais, consolidando práticas que favorecem a permanência, o engajamento e o desenvolvimento integral dos estudantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA NA GARANTIA DE DIREITOS E NA EQUIDADE EDUCACIONAL

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que a implementação de um currículo de referência nas redes públicas de ensino representa uma estratégia central para garantir continuidade pedagógica, equidade e qualidade na educação básica, especialmente em contextos de elevada mobilidade escolar. Ao consolidar um currículo de referência único, articulado com práticas pedagógicas diversificadas e contextualizadas, assegura-se que todos os estudantes tenham acesso às competências essenciais definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2013), independentemente do local de matrícula ou das condições socioeconômicas de suas famílias (Saviani, 2018a; Libâneo, 2012).

As experiências analisadas em redes municipais demonstraram que a adoção de currículos comuns, quando acompanhada de formação docente continuada, avaliação diagnóstica sistemática e participação da comunidade escolar, contribui significativamente para a coesão pedagógica e para a redução das desigualdades educacionais (Horta Neto, 2019b). É evidente que o currículo não deve ser entendido apenas como um documento prescritivo, mas como um eixo articulador das ações pedagógicas, capaz de integrar teoria, prática e inovação em prol de uma aprendizagem significativa para todos os alunos (Saviani, 2018a).

Outro aspecto central que emerge das análises é a necessidade de superar desafios estruturais e culturais para que o currículo de referência cumpra seu papel. Entre estes desafios destacam-se o prescritivismo excessivo, que pode limitar a criatividade docente, a resistência de parte dos profissionais frente a mudanças e a carência de recursos para formação continuada e acompanhamento pedagógico sistemático (Libâneo, 2012). A superação desses desafios depende de políticas educacionais que promovam apoio técnico, espaços de reflexão pedagógica, práticas colaborativas e valorização da autonomia profissional, garantindo que os docentes possam aplicar o currículo de forma adaptada às necessidades de cada turma.

A implementação de um currículo de referência também demanda instrumentos de monitoramento e avaliação contínua. Indicadores de desempenho, histórico escolar integrado e relatórios periódicos permitem identificar rapidamente lacunas decorrentes da mobilidade escolar e orientar intervenções pedagógicas direcionadas (Horta Neto, 2019b). Essa prática assegura que transferências entre escolas não comprometam a trajetória educativa, mantendo a continuidade da aprendizagem e a equidade de oportunidades.

O estudo evidencia ainda que a consolidação de um currículo de referência não implica homogeneização das práticas pedagógicas, mas sim a construção de um compromisso público com o direito à aprendizagem de todos os estudantes. O equilíbrio entre núcleo comum e peculiaridade local permite que cada rede e cada escola preservem sua identidade pedagógica, desenvolvam práticas inovadoras e respondam às necessidades específicas de sua comunidade, sem comprometer a equidade ou a continuidade da aprendizagem (Saviani, 2018a).

Além disso, a integração de dimensões socioemocionais se mostra fundamental para o sucesso da implementação curricular. Programas de acolhimento, rodas de conversa, mentorias e acompanhamento psicológico fortalecem a inclusão, o engajamento e a permanência dos estudantes na escola, garantindo que a mobilidade escolar não resulte em isolamento ou desmotivação (Libâneo, 2012).

Finalmente, os resultados e reflexões deste estudo indicam que a implementação estratégica de um currículo de referência pode gerar impactos duradouros na educação básica brasileira. Espera-se que, ao longo do tempo, as redes públicas consolidem trajetórias educativas mais coerentes, reduzam desigualdades de aprendizagem, promovam práticas pedagógicas contextualizadas e inovadoras e fortaleçam a formação integral dos estudantes. Dessa forma, o currículo de referência se configura como instrumento essencial para transformar a educação pública em uma política capaz de garantir direitos, equidade e qualidade, reafirmando o compromisso do Estado com a educação como direito social

universal e com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária (Saviani, 2018a).

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENEVIDES, Alesandra de Araújo. **Avaliação do desempenho educacional no Ceará**. 2016. 130 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Economia (CAEN), Fortaleza, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: MEC/CNE, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

CEARÁ AGORA. **Ceará no noticiário nacional: o bom exemplo de uma escola municipal de Pires Ferreira, única em todo o Brasil com nota 10 no IDEB nos anos iniciais**. 2023.

Disponível em:

<https://cearaagora.com.br/ceara-no-noticiario-nacional-o-bom-exemplo-de-uma-escola-municipal-de-pires-ferreira-unica-em-todo-o-brasil-com-nota-10-no-ideb-nos-anos-iniciais/>. Acesso em: 23 set. 2025.

GOODSON, Ivor F. **Curriculum: teoria e história**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HORTA NETO, João Luiz. A mobilidade escolar e os desafios da equidade na educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 2, 2019a.

HORTA NETO, João Luiz. Mobilidade escolar e desigualdades de aprendizagem: desafios para políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019b.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Gestão da aprendizagem: corrigindo o fluxo e atraso escolar.** São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2024. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/gestao-da-aprendizagem/>. Acesso em: 23 set. 2025.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **No Ceará, 78,8% dos municípios cumprem meta do IDEB para anos iniciais do Ensino Fundamental em 2023.** 2023. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2024/11/29/no-ceara-788-dos-municipios-cumprem-meta-do-ideb-para-anos-iniciais-do-ensino-fundamental-em-2023/>. Acesso em: 23 set. 2025.

JUNDIAÍ. Secretaria de Educação. **Plano Municipal de Educação: Diretrizes Curriculares e Políticas Pedagógicas.** 2016. Disponível em: <https://educacao.jundiai.sp.gov.br/plano-municipal-educacao>. Acesso em: 23 set. 2025.

JUNDIAÍ. Secretaria de Educação. **Currículo Municipal: Competências Essenciais e Núcleo Comum.** 2025a. Disponível em: <https://educacao.jundiai.sp.gov.br/curriculo-municipal>. Acesso em: 23 set. 2025.

JUNDIAÍ. Secretaria de Educação. **Formação Continuada Docente: Diretrizes e Planejamento.** 2025b. Disponível em: <https://educacao.jundiai.sp.gov.br/formacao-continuada>. Acesso em: 23 set. 2025.

JUNDIAÍ. Secretaria de Educação. **Avaliação Diagnóstica e Monitoramento da Aprendizagem.** 2025c. Disponível em: <https://educacao.jundiai.sp.gov.br/avaliacao-diagnostica>. Acesso em: 23 set. 2025.

LEIA SEMPRE BRASIL. **Escola Alzira Maria de Araújo alcança nota 10 no IDEB.** 2023. Disponível em: <https://www.leiasemprebrasil.com.br/educacao/escola-alzira-maria-de-araujo-alcanca-nota-10-no-ideb>. Acesso em: 23 set. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de reorganização curricular para recomposição das aprendizagens.** Brasília: MEC, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/GuiaReorganizacaoCurricularparaRecomposi.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de avaliação e mediações pedagógicas para recomposição das aprendizagens.** Brasília: MEC, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/GuiaAvaliaoMediaesPedaggicaspar.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

NOVA ESCOLA. **Avaliação: como acompanhar as aprendizagens dos alunos.** São Paulo: Nova Escola, 2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20295/colunas-pedagogicas-21-selene-coletti-avaliacao-como-acompanhar-as-aprendizagens-dos-alunos>. Acesso em: 23 set. 2025.

PAULA, Simone Grace de. **Desigualdades e desempenho escolar no processo de escolarização da juventude: uma análise contextual sobre a expansão do ensino médio na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** 2012. 370 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2012.

PIRES FERREIRA. Secretaria de Educação. **Currículo Municipal: Núcleo Comum e Flexibilização Local.** 2025a. Disponível em: <https://educacao.piresferreira.ce.gov.br/curriculo-municipal>. Acesso em: 23 set. 2025.

PIRES FERREIRA. Secretaria de Educação. **Formação Continuada e Metodologias Inovadoras.** 2025b. Disponível em: <https://educacao.piresferreira.ce.gov.br/formacao-docente>. Acesso em: 23 set. 2025.

PIRES FERREIRA. Secretaria de Educação. **Avaliação Diagnóstica e Monitoramento da Aprendizagem.** 2025c. Disponível em: <https://educacao.piresferreira.ce.gov.br/avaliacao-diagnostica>. Acesso em: 23 set. 2025.

PIRES FERREIRA. Secretaria de Educação. **Integração de Dimensões Socioemocionais e Programas de Acolhimento.** 2025d. Disponível em: <https://educacao.piresferreira.ce.gov.br/socioemocional>. Acesso em: 23 set. 2025.

SACRISTÁN, Gimeno. **Currículo: uma reflexão sobre a prática.** 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade: Orientações Curriculares para a Cidade de São Paulo.** São Paulo: SME / COPED, 2017. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/47271.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade: Orientações Curriculares para a Cidade de São Paulo.** São Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/47271.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Prova Diagnóstica São Paulo 2020: Relatório.** São Paulo: SME / COPED / NTA, 2021. Disponível em:



https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/RELATORIO-PROVA-DIAG-SP-2020_rev5_compressed-1.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo Escolar e Competências Essenciais**. 2025a. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/educacao/curriculo>. Acesso em: 23 set. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Formação Continuada de Professores e Apoio Pedagógico**. 2025b. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/educacao/formacao-docente>. Acesso em: 23 set. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação Diagnóstica, Monitoramento e Intervenções**. 2025c. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/educacao/avaliacao>. Acesso em: 23 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 45. ed. Campinas: Autores Associados, 2018a.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2018b.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Documento Curricular Referencial – Versão provisória**. Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em:

<https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

SOBRAL. Secretaria da Educação. **Currículos Escolares**. 2025a. Disponível em:

<https://educacao.sobral.ce.gov.br/curriculos-escolares>. Acesso em: 23 set. 2025.

SOBRAL. Secretaria da Educação. **Documento Curricular da Educação Infantil**. 2025b. Disponível em:

<https://educacao.sobral.ce.gov.br/comunicacao/principais/secretaria-da-educacao-de-sobral-lancamento-documento-curricular-da-educacao-infantil>. Acesso em: 23 set. 2025.

SOBRAL. Secretaria da Educação. **Diretrizes para o Ano Letivo 2025**. 2025c. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2025/01/diretrizes_2025.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

SOBRAL. Secretaria da Educação. **Política de Formação Continuada**. 2025d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/689319767/PD-FormacaoContinuadaSobral-V3>. Acesso em: 23 set. 2025.

SOBRAL. Secretaria da Educação. **Competências Gerais da BNCC: Sobral promove a educação integral**. 2025e. Disponível em:

<https://observatorio.movimentopelabase.org.br/competencias-gerais-da-bncc-sobral-promove-a-educacao-integral-parte-2/>. Acesso em: 23 set. 2025.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.